

Estudo Técnico Preliminar

Identificação e Contextualização do Objeto

Este estudo técnico preliminar tem por finalidade subsidiar a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de mão de obra de lubrificação, lavação e borracharia, com fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva, equipamentos e maquinários, para a Secretaria Municipal de Obras, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

I - Informações Gerais

1. Equipe de Planejamento

- Paulo Ricardo da Silva, Assessor
Matrícula: 1629502
E-mail: paulo.ricardo@itajai.sc.gov.br
- Adilaine Cristina Furtado, Assessora
Matrícula: 1408805
E-mail: adilaine.furtado@itajai.sc.gov.br
- Leticia Isabela Santos
Matrícula: 2440501
E-mail: leticia.santos@itajai.sc.gov.br

II - Diagnóstico Situação Atual

2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada

A Secretaria Municipal de Obras é responsável pela execução e manutenção das atividades operacionais e de infraestrutura urbana em todo o Município de Itajaí, incluindo o gerenciamento e conservação de sua frota de veículos e equipamentos utilizados nas diversas frentes de trabalho.

Atualmente, os serviços de **lubrificação, lavação e borracharia** são realizados através do contrato **165/2022** que possui a contratação por hora de serviços, o que gera dificuldades logísticas, variação e maior tempo de resposta. A ausência de um contrato contínuo e estruturado compromete a disponibilidade da frota, eleva custos de manutenção e reduz a eficiência operacional.

Assim, torna-se necessária a **contratação de empresa especializada**, com equipe exclusiva e equipamentos adequados, para atender de forma contínua a frota da SMO, garantindo agilidade, segurança e manutenção preventiva e corretiva dos



veículos e máquinas. Essa medida permitirá a padronização dos procedimentos, maior controle técnico e redução de custos com reparos de maior complexidade.

3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Contratações

Esta contratação consta no Plano Anual de Contratações como item essencial para garantir a manutenção da frota da SMO.

4. Descrição dos requisitos da potencial contratação

A contratação compreenderá a prestação de serviços de mão de obra técnica especializada, observando-se os seguintes requisitos mínimos:

- Disponibilização de profissionais com experiência comprovada em serviços de lubrificação, lavagem e borracharia automotiva, incluindo veículos leves, caminhões e máquinas pesadas;
- Execução dos serviços de forma contínua, de segunda a sexta-feira, em regime de 44 horas semanais, conforme cronograma operacional definido pela SMO;
- Observância integral das normas de segurança do trabalho (NRs), com fornecimento de EPIs e capacitação dos colaboradores;
- Responsabilidade da contratada pela gestão e supervisão das equipes, sob a coordenação de um encarregado técnico.

Equipamentos e ferramentas mínimos exigidos:

- Ferramentas manuais diversas (chaves, alicates, torquímetros, calibradores);
- Equipamentos de segurança e contenção (bandejas, separador de óleo e água, EPI completo);

5. Estimativas das quantidades para contratação

Equipe:

1 Encarregado Geral;

1 Lubrificador;

1 Borracheiro;

1 Servente;

III - Prospecção de Soluções

6. Levantamento mercadológico

Para atendimento às demandas foram analisadas as seguintes alternativas de contratação, considerando aspectos técnicos, logísticos, operacionais e de economicidade:

a) Registro de Preços por hora de serviço



- **Descrição:** Cadastro de preços por hora de serviço, com acionamento sob demanda conforme necessidade da Administração.
- **Vantagens técnicas:**
 - Flexibilidade de uso conforme a necessidade imediata;
 - Possibilidade de ampliar ou reduzir o volume conforme o orçamento disponível.
- **Desvantagens técnicas:**
 - Inviabilidade de estabelecer rotinas de manutenção contínua;
 - Dificuldade no controle de efetiva execução por hora e dispersão da responsabilidade por produtividade.
- **Aspectos econômicos:**
 - Custo elevado por hora contratada, devido à composição que inclui ociosidade e deslocamento;
 - Necessidade de constante fiscalização de desempenho, aumentando o custo indireto.

Conclusão: Alternativa mais adequada para serviços pontuais e emergenciais, mas **incompatível com a natureza continuada e diária da demanda.**

b) Prestação de serviço continuado

- **Descrição:** Contratação de empresa especializada para execução continuada dos serviços, com equipe alocada e gerenciamento operacional.
- **Vantagens técnicas:**
 - Atendimento programado e permanente às ordens de serviço;
 - Equipe dedicada, com responsabilidade definida por produtividade e desempenho;
- **Vantagens econômicas:**
 - Custos fixos controlados e previsíveis;
 - Redução de ociosidade e de retrabalho;
 - Otimização da estrutura com base no real volume de demanda.

Conclusão: Solução **mais eficiente técnica e economicamente**, especialmente considerando o caráter permanente e recorrente das ações de manutenção da frota.

c) Execução com pessoal próprio e equipamentos da Administração

- **Descrição:** Realização direta dos serviços pela Prefeitura, com uso de servidores efetivos e frota própria.
- **Desvantagens técnicas:**



- Limitação no quadro de servidores efetivos capacitados para execução contínua de serviços;
- **Desvantagens econômicas:**
 - Elevado custo com horas extras, insalubridade e encargos trabalhistas;
 - Custo de aquisição e manutenção de equipamentos é superior à locação indireta via contratado;
 - Impossibilidade de diluição de custos como em contratações terceirizadas.

Conclusão: Alternativa **inviável no momento atual**, em razão da limitação estrutural da Administração, gerando risco à continuidade e regularidade dos serviços.

7. Análise da Aplicação da Lei Municipal nº 7.785/2025 – Tratamento ME/EPP

Considerando a Lei Municipal nº 7.785/2025, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparas nas contratações públicas, analisou-se a viabilidade de aplicação dos dispositivos pertinentes.

Verificou-se que o objeto em análise – serviço de mão de obra especializada com dedicação exclusiva de equipe e equipamentos – possui valor estimado superior ao limite de R\$ 80.000,00 estabelecido no art. 10 da referida Lei para contratações exclusivas.

Além disso, o levantamento mercadológico realizado não identificou microempresas ou empresas de pequeno porte locais com estrutura técnica e operacional compatível para execução integral do contrato, o que inviabiliza a aplicação de exclusividades, cotas reservadas ou subcontratação compulsória.

Assim, conclui-se pela não aplicação dos benefícios previstos na Lei Municipal 7.785/2025, com fundamento no art 21, incisos I e II, que permitem o afastamento do tratamento diferenciado quando não houver competitividade suficiente ou quando este se mostrar desvantajoso ou incompatível com a natureza do objeto.

8. Estimativa do valor da contratação

- **Valor total (12 meses):** R\$ 400.000,00.

IV - Solução Escolhida

9. **Descrição da solução escolhida;** Opção b) Contratação continua de equipe especializada, pelo período de 12 meses, com possibilidade de prorrogação nos termos da legislação, nas quais atendem de maneira técnica e econômica as necessidades, garantindo eficiência, segurança e cumprimento das normas legais.
10. **Justificativa para Contratação por licitação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra;** A presente contratação, cujo objeto consiste na prestação de serviços contínuos, envolvendo lubrificação, lavagem e borracharia da frota da SMO e atividades correlatas, com fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva, encontra-se alinhada com os princípios e exigências da Lei nº 14.133/2021.

Ainda que as atividades possuam caráter cotidiano, previsível e permanente, não se trata de atividade-fim típica da Administração Pública, tampouco de funções que requeiram vínculo estatutário ou o exercício de poder de decisão ou autoridade. São, portanto, passíveis de execução indireta, desde que respeitadas as condições legais.

A opção pela prestação de serviço contínuo com dedicação exclusiva de equipe contratada decorre de diagnósticos técnico que aponta:

- I. A necessidade permanente de manutenção da frota, de veículos leves e pesados;
- II. A inviabilidade de execução direta devido à ausência de pessoal próprio em número e capacitação suficientes, bem como à indisponibilidade de equipamentos operacionais adequados;
- III. A impossibilidade de adoção do modelo por hora (registro de preços), que se revelou antieconômico e ineficaz frente à natureza contínua das demandas.

Conforme dispõe o art. 6º, XXII e XXIII, art. 11 e art. 105 da NLLC, a Administração pode contratar serviços de natureza contínua, desde que observados os princípios da legalidade, economicidade, vantajosidade e eficiência, todos devidamente demonstrados no presente Estudo Técnico Preliminar.

No tocante à dedicação exclusiva da mão de obra, cabe destacar que:

- I. A empresa contratada será integralmente responsável pela gestão de pessoal, supervisão técnica, fornecimento de EPI's e atendimento às normas de segurança e desempenho;

- II. A atuação da Administração se restringirá ao acompanhamento técnico e à fiscalização contratual, conforme preveem os arts. 117 a 120 da NLLC;
- III. As condições contratuais estabelecerão mecanismos de fiscalização do desempenho, metas e controle por resultados, nos termos do art. 103 da NLLC.

A contratação também está em consonância com o entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, que admite a contratação de serviços contínuos com dedicação exclusiva, desde que observados os requisitos legais e vedada a subordinação direta. A título exemplificativo:

“A terceirização de atividades instrumentais à consecução dos objetivos institucionais da Administração é permitida, desde que haja adequada supervisão e fiscalização do contrato e que não haja subordinação direta dos empregados da contratada aos servidores públicos.” (TCU – Acórdão 2.876/2018 – Plenário).

Portanto, a contratação não caracteriza terceirização ilícita, mas sim instrumento legítimo de gestão contratual, dentro dos limites legais, com o objetivo de garantir continuidade e eficiência de serviços públicos essenciais, conforme entendimento pacífico do Tribunal de Contas da União (Acórdão TCU 2.876/2018 – Plenário).

- 11. **Justificativas para o parcelamento ou não da contratação;** O parcelamento **não é aplicável**, visto que os serviços são complementares e interdependentes, devendo ser executados sob a mesma coordenação e controle técnico, a fim de assegurar a eficiência e a rastreabilidade operacional.
- 12. **Contratações correlatas e/ou interdependentes;** Não há contratações correlatas diretas, embora o contrato possua interface com o gerenciamento geral da frota municipal.
- 13. **Demonstrativo dos resultados pretendidos;** Espera-se obter os benefícios diretos e indiretos que o Município almeja com a contratação em termos de economicidade, eficácia, eficiência de melhor aproveitamento dos recursos materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais.

Espera-se que os serviços sejam prestados nas quantidades e qualidades almejadas, visando a manutenção eficaz da frota da SMO.

- 14. **Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato**
 - 12.1. Verificação de documentos de habilitação.



12.2. Conferência das condições técnicas dos equipamentos e qualificação da equipe proposta.

12.3. Aprovação do Plano de Trabalho.

15. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras

a) Geração de efluentes oleosos e resíduos de lavagem:

Mitigação: Instalação de separador de óleo e água e destinação controlada dos resíduos.

b) Descarte inadequado de pneus e materiais contaminados:

Mitigação: Exigência de descarte em empresas licenciadas e registro dos manifestos ambientais.

c) Risco de contaminação do solo e drenagem:

Mitigação: Utilização de bandejas de contenção e vedação de operações em área aberta.

d) Ruído e poluição atmosférica:

Mitigação: Equipamentos em bom estado de conservação e operação apenas em horário comercial.

Itajaí, 17 de novembro de 2025.

Paulo Ricardo da Silva
Matrícula: 1629502

Adilaine Cristina Furtado
Matrícula: 1408805

Leticia Isabela Santos
Matrícula: 2440501

Tarcizio Zanelato
Secretário Municipal de Obras